Parte 2 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais

As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa

Patrícia Francisca de Matos
Vera Lúcia Salazar Pessôa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MATOS, P.F., and PESSÔA, V.L.S. As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 150-171. ISBN 978-85-7511-443-8.
<https://doi.org/10.7476/9788575114438.0010>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte 2
Pesquisa qualitativa:
aplicações nos estudos rurais

As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa

Patrícia Francisca de Matos
Vera Lúcia Salazar Pessôa

*O real não está na saída e nem na chegada,
está na travessia.*

Guimarães Rosa (2006)

O presente artigo é oriundo da tese de doutoramento¹ intitulada *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano*, que teve como objetivo refletir sobre as metamorfoses socioespaciais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio no Sudeste Goiano. Para isso, foi necessário compreender como o agronegócio se apropria *do* território e o usa, segundo a lógica de reprodução do capital, ou seja, desvendar a lógica contraditória dos usos do território, assim como as novas territorialidades deles decorrentes.

Toda pesquisa é guiada por uma justificativa pelo porquê da escolha do tema e tem um recorte espacial e temporal, que está sempre atrelado às concepções teóricas e ideológicas do pesquisador. Nesse estudo, a escolha do Sudeste Goiano ocorreu depois de terminada a pesquisa de mestrado, que investigou a reorganização da estru-

¹ Desenvolvida de 2007 a 2010, a tese foi defendida em março de 2011, no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU), sob orientação da professora Vera Lúcia Salazar Pessôa.

tura produtiva no município de Catalão, no Sudeste Goiano, em virtude da modernização da agricultura, enfocando particularmente uma empresa rural que opera na produção de grãos. Conhecendo um pouco mais outros municípios da “redondeza”, surgiram inquietações sobre as territorialidades da agricultura moderna deles, tais como: a) que fatores possibilitaram que a territorialização da agricultura moderna empresarial se consolidasse com mais intensidade em alguns municípios do Sudeste Goiano?; b) que papel a agricultura moderna representa no Sudeste Goiano para a (re)estruturação produtiva e espacial?; c) como se dá o uso do território pela agricultura moderna no Sudeste Goiano?; d) a agricultura moderna no Sudeste Goiano causa/causou disputas pelo uso do território?; e e) a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano configurou cidades do agronegócio no espaço urbano? Essas inquietações deram margem à pesquisa para o doutorado.

Mas a escolha do Sudeste Goiano não significou apenas a ampliação da área de estudo em relação à pesquisa de mestrado; visou compreender a modernização da agricultura em uma região *político-administrativa* (que apresenta, em sua estrutura interna, diferentes configurações econômicas, sociais e políticas) na qual se entende que existem diferentes territórios. Entre esses territórios, estão aqueles do agronegócio, formados a partir da territorialização do capital, que levou à configuração de territorialidades inexistentes no Sudeste Goiano antes da década de 1980. Por isso, o recorte temporal para a pesquisa foi o período pós-1980, em que ocorre a expansão da agricultura moderna em bases empresariais no cerrado goiano e, de forma particular, nos municípios do sudeste de Goiás. Entretanto, não foram eliminadas análises de períodos antecedentes aos anos 1980, tendo em vista as metamorfoses ocorridas com a integração (construção da Estrada de Ferro) do Sudeste Goiano aos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que foi decisivo para diferenciar essa região de outras do estado. Conforme assevera Santos (2008), a periodicização permite melhor definir conceitos e, ao mesmo tempo, autoriza a empiricização do tempo e do espaço em conjunto. “É através do significado particular, específico, de cada segmento do tempo que aprendemos o valor da cada coisa em dado momento” (2008, p. 92).

O Sudeste Goiano, conforme regionalização da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), é composto por 22 municípios. A territorialização do capital no processo produtivo não ocorreu de forma homogênea em todos eles. Isso se deu de forma mais consolidada em Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Orizona, Silvânia e Vianópolis. A territorialização da agricultura moderna nesses municípios está associada, principalmente, à topografia plana e à abundância dos recursos hídricos, que possibilitaram uma (re)organização produtiva e as políticas públicas.

A territorialização do capital no espaço agrário do Sudeste Goiano ocorreu na década de 1980, (re)estruturando as relações de produção em consequência das “no-

vas lógicas” que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência, da tecnologia e da informação e pela especialização produtiva, principalmente para a produção de grãos, como soja e milho. Em decorrência, transformações ambientais, sociais e espaciais também ocorreram e são visíveis, percebidas de forma material na paisagem, e/ou não visíveis, constituídas e consubstanciadas nas relações sociais. Para analisar as transformações socioespaciais e ambientais além do que é visível, é necessário desvendar o que está camuflado pelos dados (o que está por trás deles) quantitativos da produção, das inovações tecnológicas, das imensas lavouras e do próprio mito de que o agronegócio é mola propulsora para o desenvolvimento econômico porque, entre outros atributos, moderniza o campo brasileiro.

Para melhor compreender as transformações socioespaciais e econômicas no Sudeste Goiano, optou-se por definir alguns municípios nos quais se faria a pesquisa de campo. Os eleitos foram Campo Alegre de Goiás, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Orizona. A escolha foi feita a partir de alguns critérios considerados pertinentes para a realização da pesquisa. O primeiro deles foi escolher municípios com maior produção de grãos, em especial a soja, carro chefe da produção agrícola do Sudeste Goiano. Assim, os municípios priorizados foram Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás. A opção pelos dois últimos é justificada também pela existência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRO-DECER), que contribui para a expansão da agricultura moderna empresarial. Tendo a paisagem como primeiro elemento de leitura do real, constata-se que as áreas de chapada desses municípios apresentam um modelo de produção que difere do das demais, um modelo pautado, sobretudo, na reprodução do capital. Nesse sentido, é uma paisagem, à primeira vista, regada de símbolos e signos de uma agricultura moderna. Porém, ao se observá-la com mais acuidade, percebe-se que é também carregada de contradições sociais e impactos ambientais.

O município de Pires do Rio foi selecionado em função da presença de agroindústrias da cadeia grão-carne. Lá não há uma produção expressiva de grãos em relação aos outros municípios escolhidos, em virtude, sobretudo, das condições naturais de seu relevo, caracterizado por uma topografia ondulada, sem os chapadões. Mas esse município, após os anos 1990, sofreu uma reorganização produtiva por causa da implantação de agroindústrias, principalmente a Nutriz, um complexo formado por fábricas de rações para aves, granjas de matrizes, incubatório e unidade de abate e de processamento de frangos. Estabeleceu-se uma integração entre os produtores e a empresa não apenas em Pires do Rio, mas também em alguns municípios adjacentes, como Urutaí, Santa Cruz e Orizona.

Por fim, o município de Orizona foi selecionado por apresentar algumas características diferentes dos outros do Sudeste Goiano. Por exemplo, até 2007, teve

população rural maior que a urbana. Esse aspecto, praticamente inexistente em Goiás, leva à reflexão sobre quais fatores o causaram. Certamente, esse fator por si só constituiria problema para a produção de uma tese. Entretanto, o objetivo deste texto não é compreender especificamente essa característica de Orizona, e, sim, analisar como o processo de modernização da agricultura afetou as relações de produção do município e, conseqüentemente, os usos do território.

Apesar de algumas especificidades locais dos municípios escolhidos, a inserção da agricultura moderna empresarial em todos eles promoveu uma reorganização produtiva tanto no campo quanto na cidade. Assim, a especialização da produção agrícola e a organização do território em redes foram estabelecidas, pois, “quanto maior a inserção da ciência e da tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumentam o número, a intensidade e a qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área” (Santos, 2008, p. 57).

O caminho metodológico da pesquisa

Para se atingir os objetivos de uma pesquisa, vários são os caminhos que se podem percorrer. Cabe ao pesquisador adotar a metodologia adequada ao problema e aos objetivos da pesquisa. Nesse estudo, elegeu-se a pesquisa qualitativa, com revisão teórica, pesquisa de campo e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Por meio desses procedimentos, os dados foram organizados em mapas, tabelas, gráficos e quadros, com análises (fluxograma 1) e discussões amparadas nas revisões teóricas. A teoria “projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento” (D’Incao, 1979, p. 18). A relação entre teoria e pesquisa, no processo de investigação, não se faz por meio de fases estanques, como ocorre na concepção verificacionista da ciência, cuja hipótese é deduzida da teoria e a pesquisa tem como objetivo testar a hipótese elaborada (D’Incao, 1979).

Fluxograma 1 – Esquema metodológico da tese

A perspectiva metodológica adotada apoia-se em autores que subsidiam a problemática levantada e os objetivos a serem atingidos. Ampara-se em estudiosos que refletem sobre a questão do território para compreender a territorialização do capital no espaço agrário brasileiro e, de forma específica, nas áreas de cerrado, como Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2002, 2006), Santos e Silveira (2008) e Saquet (2007). Também tomam-se por base teórica pesquisadores que estudam o processo de modernização da agricultura em suas várias nuances (ambientais, sociais, culturais e econômicas) e que, de algum modo, possibilitam o entendimento das metamorfoses no espaço agrário brasileiro com a expansão do modo de produção capitalista: Brum (1988), Graziano da Silva (1981, 1996), Thomaz Júnior (2002), Elias (2003), Bernardes (1996, 2007) e Oliveira (2006). Busca-se sustentação teórica, ainda, em nomes que se dedicaram a desvendar o cerrado – principalmente quanto à modernização de seu território –, entre os quais se destacam Mendonça (2004), Almeida (2005), Ribeiro (2005) e Chaveiro (2008).

Além disso, analisaram-se pesquisas que retratam o Sudeste Goiano, sobretudo aquelas que estudam o espaço agrário. A seleção de autores para a sustentação teórica da pesquisa amparou-se nas considerações de D’Incao, que afirma que

a busca da teoria no processo de investigação resulta da crença que o cientista tem na existência de ‘algo suscetível de ser definido como estrutura da coisa, coisa em si’, isto é, da crença que o cientista tem na possibilidade de conhecer mais profundamente a realidade percebida (1979, p. 19).

Essas palavras suscitam a reflexão sobre a importância do método na realização de pesquisa e, portanto, na produção do conhecimento, uma vez que os resultados de uma realidade estudada serão observados a partir da concepção filosófica do pesquisador.

Os sujeitos da pesquisa

A escolha dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos informantes, não foi tarefa fácil. A dificuldade principal foi delimitar uma amostragem em cada município. Mas logo percebeu-se que, para compreender as metamorfoses socioespaciais, não era necessário um número exaustivo de informantes, e, sim, a escolha de sujeitos considerados “chave”, que pudessem contribuir para o recolhimento de dados e, portanto, de informações para a efetivação da pesquisa.

As visitas realizadas a eventos “Dia de Campo”² nos municípios pesquisados nos anos de 2007, 2008 e 2009 serviram para observar a territorialização do agronegócio e conversar com produtores, agrônomos e representantes comerciais de produtos voltados para as atividades agropecuárias. A partir dessas visitas, foi se definindo, aos poucos, o universo de sujeitos a serem qualificados como informantes da pesquisa. Muitos inicialmente considerados aptos a ajudar com informações foram dispensados porque se encontraram outras pessoas que poderiam contribuir mais. Nos “Dia de Campo”, foi possível também, por meio da observação direta e de conversas informais, obter informações importantes para a pesquisa. Acredita-se que tais informações não teriam sido obtidas sem a participação nesses eventos, justamente porque muitas pessoas estavam lá para fornecer informações. Ademais, durante sua realização, havia certa liberdade para percorrer e conhecer as propriedades em que eles aconteciam. Em 2010, continuou-se a participar dos “Dia de Campo” nos municípios de Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás, no intuito de realizar conversas informais com empresários rurais com os quais ainda não se havia conseguido fazer entrevistas.

Aos poucos, o universo de sujeitos foi sendo definido. Em todos os municípios, obedeceram-se a estes critérios:

1. Secretários da agricultura ou prefeitos: por meio de entrevistas, recolheram-se informações sobre os incentivos que os municípios dão para as empresas rurais e para a agricultura camponesa, a importância das empresas rurais para cada município e os efeitos ambientais, sociais e econômicos da produção em alta escala.
2. Proprietários de lojas de produtos voltados para a agricultura (insumos, equipamentos) e de empresas de assistência técnica (agrônomos, técnicos agrícolas): por meio de entrevistas e conversas formais e informais (pessoalmente, por telefone e via e-mail), esses informantes permitiram angariar dados sobre o perfil dos empresários rurais, o tamanho das propriedades das áreas de chapada e a infraestrutura dos municípios para atender às atividades agrícolas. Também contribuíram para a escolha dos produtores a serem entrevistados e das propriedades a serem visitadas.
3. Gerentes de agroindústrias: por meio de entrevistas, coletaram-se dados sobre produção, logística e importância econômica e social para o município.

² O “Dia de Campo” é um evento promovido por produtores, para divulgar sua produção e socializar informações entre produtores da região, ou por lojas de insumos e equipamentos agrícolas, para anunciar inovações tecnológicas. Geralmente, dura de um a três dias e acontece no período do plantio ou da colheita.

4. Produtores: em cada município, buscou-se entrevistar empresários rurais, considerando-se a produção, a infraestrutura e a unidade jurídica.
5. Trabalhadores permanentes e temporários: por meio de entrevistas semiestruturadas e conversas informais, obtiveram-se informações sobre as relações de trabalho nas propriedades visitadas. Essas entrevistas foram feitas nas propriedades e nas cidades, em dias de folga (sábado e/ou domingo) dos trabalhadores.

Após a escolha dos sujeitos, o próximo passo foi eleger a quantidade de entrevistas em cada categoria, ou seja, uma amostragem, sobre a qual Turato afirma:

Nas pesquisas em que seres humanos são os alvos do estudo, é impossível, por motivos práticos, abordar todos os sujeitos que compõem o grupo de interesse do pesquisador, salvo quando o recorte do objeto de estudo compreenda comunidades numericamente tão restritas que o pesquisador tem condições temporais de conhecer cada um e condições intelectuais de aprender todos em seu trabalho. Como, então, só é viável conhecer parte do universo, seja em pesquisa quantitativa ou qualitativa, resta ao investigador recorrer ao que denominamos de amostra de sujeitos (2003, p. 351).

Na definição da amostragem, observaram-se alguns critérios estabelecidos por Minayo:

a) investir em instrumentos que permitam a compreensão de diferenciações internas e de homogeneidades; b) assegurar que a escolha do *locus* e do grupo de observação e informação contemple o conjunto das experiências e expressões que se pretende objetivar na pesquisa; c) privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; d) definir claramente o grupo social mais relevante, ou seja, sobre o qual recai a pergunta central da pesquisa. Centralizar nele o foco das entrevistas, dos grupos focais e da observação; e) dar atenção a todos os outros grupos que interagem com o do foco principal, buscando compreender o papel de cada um em suas interações; f) trabalhar num processo de inclusão progressiva das descobertas em campo, confrontando-as com as teorias que demarcam o objeto; g) nunca desprezar informantes ímpares e não repetidos, cujo potencial explicativo acaba por ser importante na descoberta da lógica interna do grupo; h) considerar um número suficiente de interlocutores para permitir a reincidência e complementaridade das informações; i) certificar-se de que o quadro empírico da pesquisa esteja mapeado e compreendido (2008, p. 197).

Para se estabelecer o número de sujeitos, também se utilizou a proposta da amostragem por saturação de Turato (2003), na qual o pesquisador fecha o grupo quando, diante das informações já coletadas com determinado número de sujeitos, observa que novas entrevistas somente adicionarão repetições de informações já coletadas.

A partir da delimitação dos sujeitos e da amostragem em todos os municípios pesquisados, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas. As estruturadas obedeceram a cinco roteiros diferentes. Com o roteiro número um, entrevistamos 28 sujeitos em Ipameri, Catalão, Campo Alegre de Goiás, empresários rurais ou gerentes das empresas rurais. Por meio do roteiro número dois, direcionado a representantes políticos, realizamos cinco entrevistas, com dois prefeitos e três secretários da agricultura dos municípios em estudo. O roteiro número três se direcionou a agrônomos e proprietários de empresas voltadas à agricultura em todos os municípios pesquisados. Nesse universo, entrevistamos 15 pessoas. Utilizando o roteiro número quatro, entrevistamos o gerente do processo de integração da Nutriza, em Pires do Rio, e o de controle e qualidade da Oderich, em Orizona. Com o roteiro número cinco, mais 25 trabalhadores permanentes e temporários de empresas rurais. Os “sujeitos-chave” no processo de produção da pesquisa estão representados no fluxograma 2.

Fluxograma 2 – Universo de sujeitos entrevistados

Organização: Patrícia Francisca de Matos (2010).

A coleta de dados em fontes secundárias

Na abordagem qualitativa, tanto a coleta de dados quanto a sua análise devem ser feitas com rigor, para que os instrumentos utilizados proporcionem respostas à problemática levantada. Nesse sentido, de acordo com a problemática levantada, necessitou-se buscar dados em fontes primárias e secundárias. Os dados obtidos de fontes secundárias referem-se à produção agropecuária, à população, à estrutura fundiária, ao PIB (Produto Interno Bruto) e à produção irrigada, entre outros. Não são especificamente dos municípios do Sudeste Goiano; contemplam todo o estado de Goiás, a Região Centro-Oeste e o território brasileiro, haja vista a necessidade de interlocução do local com o regional e o nacional. Para coletar esses dados, recorreu-se a consultas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e em seus postos de atendimento nas cidades de Catalão e Pires do Rio e nos sites da SEPLAN, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento.

No IBGE, coletaram-se dados concernentes à produção agrícola de 1970 a 2008. As informações do período de 1970 a 1995 estão contidas nos censos agropecuários. De 2000 em diante, são referentes à produção agrícola municipal (PAM).³ Ainda no IBGE, coletaram-se dados referentes à população nos censos demográficos.

Na SEPLAN-Goiás, obtiveram-se dados sobre produção, população, infraestrutura (energia elétrica e rodovias) e economia do estado. Essa fonte foi de extrema importância para a coleta de dados, uma vez que possui dados de todos os municípios, das microrregiões e mesorregiões goianas. Os dados se referem à produção agropecuária, à energia elétrica, à pavimentação de rodovias, ao PIB e à população.

Nos ministérios da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, do Meio Ambiente e do Planejamento, coletaram-se dados sobre a produção agrícola brasileira, a participação do agronegócio na economia, as culturas irrigadas e as infraestruturas, entre outros dados pertinentes à pesquisa.

Também se utilizou a fonte documental. Buscaram-se informações em arquivos públicos das prefeituras municipais de Catalão, de Campo Alegre de Goiás e de Ipameri para se averiguar a abertura de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola. Consultaram-se arquivos particulares de escritórios das propriedades rurais (empresas rurais) para se colher dados sobre a produção, e os de empresas ligadas ao ramo da atividade agrícola para se obter dados sobre produtores. Também se coletaram muitos

³ A pesquisa é desenvolvida de janeiro a dezembro em âmbito nacional, abrangendo todas as unidades da federação. O mecanismo de coleta de dados prevê a realização de levantamentos sobre área plantada e colhida, produção esperada e obtida e produtividade prevista e obtida para os produtos de culturas temporárias e permanentes.

dados nos sites de empresas, como o da Carol, o da Caramuru, o da Cargill, o da Oderich e o da Nutriza.

Compilaram-se os dados de fonte primária por meio de observação direta e indireta e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. O trabalho de campo foi o elemento norteador dessas escolhas.

O trabalho de campo: uma ferramenta para observar e decifrar

A pesquisa de campo, ou trabalho de campo, é um procedimento que vem sendo utilizado pela geografia ao longo da evolução do pensamento geográfico. Da sistematização da geografia como ciência até meados do século XX, o trabalho de campo baseava-se na observação e na descrição dos fenômenos nas paisagens e resultava, portanto, numa prática descritiva. Com o advento da geografia crítica, passou a incluir, além da observação, a interpretação e a compreensão.

Além de ser utilizado na geografia, o trabalho de campo tem tradição de uso na sociologia e na antropologia, constituindo-se como uma ferramenta importante para a realização de pesquisas e para a prática de trabalhos pedagógicos. Na ciência geográfica, Suertegaray (2002) ressalta que a pesquisa de campo constitui um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação.

Para Thomaz Júnior, o trabalho de campo é entendido como “laboratório geográfico” (2005, p. 38). Assim, é um recurso importante e eficaz para desvendar a realidade empírica. Desvendar no sentido de interpretar os múltiplos significados de uma paisagem, pois, conforme apontam Alentejano e Rocha Leão (2006), o trabalho de campo não pode constituir-se apenas em um exercício de observação da paisagem, mas deve partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico num processo mediado pelos conceitos geográficos.

Na ciência geográfica, quando se faz um estudo partindo-se de uma problemática ou da formulação de hipóteses sobre a realidade e/ou um fenômeno, a pesquisa de campo torna-se uma prática fundamental. No entanto, “a ida ao campo não significa, apenas, o movimento na direção do que pode ser descrito. Trata-se do movimento na direção do que necessita ser interpretado e representado” (Hissa e Oliveira, 2004, p. 38). A imersão⁴ em campo significa ir para observar, olhar, sentir, detectar, ver e analisar. As ações expressas por esses verbos permitem ao pesquisador a compreensão e até a transformação de uma realidade estudada.

⁴ Na pesquisa de campo, para se ir além das evidências paisagísticas, todos os sentidos do corpo humano devem ser colocados em ação: a audição, o tato, a visão e até o paladar. Apesar de o olhar ser importante, não é apenas este que captura as informações a serem desvendadas e interpretadas.

Logo, a pesquisa de campo pode ser considerada uma arte em que o pesquisador, por meio da observação e de instrumentos de coleta de dados, pode desvendar o que está atrás das aparências e esculpir uma interpretação do que está visível e do que não está ao alcance dos olhos. Para Hissa,

descobrir o que não está à mostra é não se contentar apenas com o que está evidente (considerando que a evidência possa, ela também, ser uma insinuação falsa, deslocadora). Descobrir o que não se põe aos olhos é construir a poesia do que está à mostra: é qualificar a invisibilidade do visível. É buscar a origem e a natureza do que se coloca disponível e cobri-lo de palavras e significados (2006, p. 184).

É salutar dizer que, na pesquisa de campo, o que se observa e o que se compreende são produto de uma seleção orientada pela concepção e pela formação teórica do pesquisador, isto é, por sua posição filosófica. Por isso, Suertegaray avalia o trabalho de campo sob a perspectiva do método, pelo qual há diferentes formas de leitura do mundo:

No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos. No método neopositivista, o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto. [...] No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro – daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar *no lugar de*. Negando o positivismo, este método não separa sujeito e objeto (2002, p. 94, grifos nossos).

Posições filosóficas diferentes permitem que se veja um objeto a partir de vários olhares e, portanto, apresentam diferentes entendimentos. Assim, para a compreensão do real, o ponto de partida é a escolha clara do método. É por meio dele que se consegue realizar a leitura científica do mundo.

Thomaz Júnior salienta que também a maneira como se procede a problematização configura elemento importante para a aproximação do real:

Entendendo o concreto como a síntese de múltiplas determinações, pode-se inferir que o pensamento é um ato de construção estreitamente relacionado com o processo de cons-

trução histórica – o *concreto* em pensamento. O movimento geral-particular-singular e singular-particular-geral (a tríade/escalar categorial) é que nos permite chegar mais próximo do *real concreto*, munidos conceitualmente (concreto em pensamento), onde a cada movimento o concreto em pensamento é ponto de partida para a ‘leitura’ e compreensão do real concreto (2005, p. 37).

Kayser (2006) defende que a hipótese de trabalho é uma das primeiras armas a se utilizar no preparo da pesquisa de campo. Por isso, o pesquisador não pode, como afirma o autor, ir “verde” ao terreno, ou seja, ir despreparado teoricamente para o campo. Em relação à imersão em campo, corrobora-se essa ideia por considerar-se que, de fato, o pesquisador não deve iniciar a pesquisa de campo sem bases teóricas. Nessa perspectiva, Alentejano e Rocha Leão (2006) asseguram que o trabalho de campo configura um momento de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sem o qual, portanto, tornar-se-ia vazio de conteúdo e incapaz de desvendar a essência dos fenômenos geográficos.

Além da preparação teórica, Marcos (2006) se refere a outras preocupações importantes: que técnicas e instrumentos serão utilizados? Em que momento se pode ir a campo? Como “chegar” ao local? Como se aproximar das pessoas? Como conquistar a confiança delas? Como garantir a cientificidade exigida pela academia? Essas preocupações devem ser levadas em consideração, uma vez que a forma como se planeja a pesquisa de campo pode significar seu sucesso ou insucesso.

Sobre os recursos utilizados para auxiliar o olhar na observação em campo, Suertegaray (2002) ressalta que esses instrumentos não podem ser os encaminhadores dos resultados; devem ser vistos como meios de realização de trabalho, e não como fim. Na verdade, a sofisticação das tecnologias (máquinas, filmadoras e gravadores digitais, imagens de satélite e GPS, entre outros) tem viabilizado e facilitado as pesquisas de campo. Porém, o uso de recursos sofisticados não garante o bom resultado da pesquisa de campo se o pesquisador não tiver preparação teórico-metodológica.

Ao refletir sobre a importância das técnicas no trabalho de campo, Venturi salienta que elas exercem um papel importante no processo de produção científica, auxiliando na obtenção e na sistematização de informações. Conforme o autor, elas podem ser utilizadas em laboratório e em pesquisa de campo:

Em termos gerais, as técnicas de laboratório exercem três papéis fundamentais no trabalho científico. Em primeiro lugar, elas podem auxiliar no preparo do trabalho de campo, isto é, no planejamento das ações baseado em um conhecimento prévio da área de estudo. Essas ações podem envolver providências como o estabelecimento de contatos com interlocutores e o levantamento cartográfico e bibliográfico, além de inúmeras outras, sempre atreladas aos objetivos do trabalho. Em segundo lugar, auxiliam também no tratamento

das informações trazidas do campo. [...] Finalmente, o uso de técnicas de laboratório pode criar simulações de situações reais cujo controle é mais eficiente do que em campo, a exemplo de testes de porosidade e permeabilidade de solos ou simulações de balanço hídrico. Podemos acrescentar que o laboratório é o espaço de trabalho onde se podem promover estágios para o aprendizado do uso de determinadas técnicas e instrumentos (2006, p. 75).

As técnicas de laboratório, de fato, são importantes tanto para o preparo do trabalho de campo quanto para auxiliar na sistematização dos dados. Porém, é importante ter o cuidado de não se iludir com a possibilidade de obtenção de dados em laboratório em detrimento da ida ao campo. Por exemplo, o uso da imagem de satélite permite obter informações precisas da realidade, mas é necessário que o pesquisador vá à área de pesquisa para conferir os dados, já que o trabalho de campo representa seu contato direto e imediato com a realidade.

Destarte, considerando-se o trabalho de campo uma etapa essencial da pesquisa, fizeram-se várias imersões em campo no decorrer de 2007, 2008, 2009 e 2010 para tentar compreender as transformações sociais, espaciais e ambientais ocorridas no Sudeste Goiano após os anos 1980 em virtude do processo de modernização da agricultura.

A técnica da observação em campo

A observação constitui uma técnica muito valorizada e importante na coleta de dados de uma pesquisa em ciências sociais. Permite ao pesquisador o contato e a proximidade com o objeto/fenômeno de estudo. No entanto, observar não significa simplesmente olhar (Triviños, 1991). É preciso absorver o que está além da aparência, ou seja, chegar à essência.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder destacam, com muita propriedade, algumas vantagens atribuídas à técnica da observação:

a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite *checar*, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas só para *causar boa impressão*; c) permite identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (2002b, p. 164, grifos dos autores).

Antes de iniciar o processo de observação, é importante planejar as atividades contemplando os seguintes elementos: a) o que deve ser observado; b) quais sujeitos serão observados; c) quando deve ser feita a observação; e d) como serão os registros.

Em relação às formas de se fazer a observação, Quivy e Campenhoudt (1998) destacam a observação direta e a indireta. A direta é aquela em que o pesquisador procede diretamente ao recolhimento das informações. Na indireta, o pesquisador dirige-se ao sujeito para obter a informação desejada, por meio de entrevista ou questionário. Em uma mesma pesquisa, podem-se utilizar as observações direta e indireta.

A observação pode ser ainda estruturada e não estruturada (ou livre). Na primeira, os fenômenos/aspetos a serem observados são predeterminados; na segunda, não são preestabelecidos, isto é, são livres. Esta é a forma da observação participante, em que o pesquisador torna-se parte da situação observada, interage por longos períodos com os sujeitos e busca partilhar seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação. A observação participante permite a integração do pesquisador com o grupo pesquisado; o pesquisador, assim, deixa de ser um observador externo e passa a fazer parte ativa dos pesquisados (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002b).

Nessa pesquisa, optou-se pela utilização da observação direta e da indireta de forma integrada. Para a direta, utilizou-se um roteiro elaborado previamente, contemplando os elementos a serem priorizados. Nela, as concepções teórico-metodológicas influenciam diretamente o recolhimento das informações. O trabalho de campo é extremamente importante porque permite, em várias ocasiões, confirmar ou não informações obtidas. Em várias imersões *in loco*, constatou-se que muitas informações obtidas diretamente com produtores ou gerentes das propriedades não correspondiam ao que foi constatado pessoalmente, o que permitiu comparar o que foi dito e o que foi visto. Na observação indireta, priorizou-se também a forma estruturada (sistemática), com roteiros de entrevista estruturados e semiestruturados.

A entrevista: um recurso importante na construção da pesquisa

Há diferentes formas de utilizar a entrevista. Nas obras de Chizzotti (1991), Triviños (1991), Quivy e Campenhoudt (1998) e Gil (1999), encontram-se seis tipos: estruturadas, semiestruturadas, não estruturadas, focais, projetivas e história oral. A forma da entrevista deve estar em consonância com a problemática, os objetivos da pesquisa e a viabilidade de ser realizada, visto que o bom resultado dessa técnica depende da forma como o pesquisador a conduz.

Nessa perspectiva, optou-se pela entrevista estruturada e pela semiestruturada para uma parte da coleta de dados da pesquisa. As entrevistas estruturadas são caracterizadas pela elaboração prévia e criteriosa de perguntas, cuja lista se chama formulário (Gil, 1999). Requerem planejamento e operações específicas para seu desenvolvimento.

As entrevistas semiestruturadas constituem uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade

de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Usou-se esse tipo de entrevista porque possibilita a obtenção de outras informações, além das previstas. Uma pergunta pode dar ao entrevistado a chance de fornecer novas informações ou complementar informações já oferecidas; e a resposta de uma pergunta pode levar o entrevistador à indagação sobre outras informações.

Gravaram-se as entrevistas estruturadas e não estruturadas realizadas (90%), com autorização dos entrevistados, tendo em vista que a captura das respostas do entrevistado ocorre com mais presteza. Em virtude da indisponibilidade de tempo dos entrevistados, realizaram-se algumas entrevistas por e-mail. Diversos sujeitos (gerentes de agroindústrias e empresas rurais) solicitaram que o roteiro das entrevistas fosse enviado antecipadamente por e-mail. Em muitos casos, só houve a confirmação das entrevistas depois desse envio. Especialmente entre os gerentes de agroindústrias, pôde-se perceber certo receio e desconfiança em conceder entrevistas. Também houve casos em que o entrevistado, depois de receber o roteiro por e-mail, assinalou as perguntas que não poderia responder. Com alguns empresários rurais, não foi diferente; talvez nem tanto pela desconfiança, mas, sim, pelo medo de mostrar como ocorre o processo produtivo de suas empresas rurais.

O receio, o medo e a insegurança de alguns sujeitos demonstram que, no processo produtivo, principalmente no que tange às questões ambientais e às relações de trabalho nas empresas rurais e agroindústrias, existem problemas muito sérios que não podem ser vistos nem descobertos. Essas empresas, de modo geral, são muito “maquiadas”, para esconder a imperfeição do sistema. Ao visitá-las, a primeira impressão que se tem é de um sistema produtivo que respeita as leis trabalhistas e, em alguns casos, até as ambientais. Todavia, ao se aprofundar a observação, percebe-se o contrário disso. Por exemplo, em uma empresa rural de Campo Alegre de Goiás, o alojamento mostrado é aquele destinado aos trabalhadores permanentes da propriedade (técnicos agrícolas, mecânicos, soldadores). De fato, é um lugar que apresenta as condições necessárias para se viver e se alojar. Já o alojamento destinado aos trabalhadores temporários, principalmente aos que fazem a colheita do café, não foi mostrado, pois trata-se de um local precário. Inclusive, nessa mesma propriedade, encontrou-se trabalho escravo em 2004.

Desse modo, mesmo apresentando dificuldades em sua realização, a entrevista é uma forma eficiente de buscar informações, entendendo-se, conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002b), que não há metodologias “boas” ou “ruins”, e, sim, adequadas e inadequadas.

O uso de fotografias e mapas

O uso de fotografias é muito comum na geografia como forma de contribuir para a maior compreensão dos fenômenos investigados, assim como é também uma forma de ilustração e documentação. Sua importância é destacada por Justiniano:

Em geografia, a imagem ilustra e documenta eventos naturais e sociais que ocorrem num determinado tempo e lugar e deve ser acompanhada de outras informações, com localizações geográficas, ângulo de visada, registro de hora e da data e relato do fato observado. Essas anotações serão importantes na composição dos trabalhos, na verificação de resultados e no acompanhamento dos fenômenos ao longo do tempo (2005, p. 187).

Por esses motivos, durante os trabalhos de campo, utilizou-se a fotografia para registrar determinados fenômenos na paisagem, já que o recurso fotográfico materializa no tempo e no espaço o fenômeno pesquisado (Chelotti, 2009). Conforme Martins, “é nessa construção, nessa redução dos tempos da realidade social ao espaço da imagem fotográfica e ao seu tempo aparentemente único, que o fotógrafo imagina, isto é, constrói sua imagem fotográfica, aquilo que quer dizer através da fotografia” (2010, p. 65).

Em todos os trabalhos de campo realizados, a câmera digital era uma espécie de “companheira que não poderia faltar”. Em muitos momentos, a saída de campo foi apenas para o registro fotográfico e a observação. No entanto, nem todas as fotografias utilizadas são apenas do período da pesquisa, mas também do acervo da autora, de períodos anteriores. Também foram utilizadas fotografias aéreas concedidas por empresas rurais e agroindústrias.

De aproximadamente mil fotografias, selecionaram-se apenas cinquenta para compor o texto final. A seleção delas baseou-se na originalidade e na pertinência dos temas abordados.

Outro recurso utilizado foram os mapas, adotados para localização, espacialização e mapeamento de dados, da área de pesquisa, de Goiás, do cerrado e de informações que abrangiam o território brasileiro. Os mapas confeccionados especialmente para compor a pesquisa foram elaborados a partir de cartas-base do IBGE e de outros órgãos de assessoria públicos, como a SEPLAN, o Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás (DER-GO); de dados de empresas privadas, como a Caramuru, a Carol, a Cargill e a Nutriz; e de imagens de satélite LANDSAT 5 TM.

Por meio das metodologias adotadas, visualizou-se que no Sudeste Goiano, principalmente nos municípios elencados para a pesquisa, o agronegócio foi uma atividade que promoveu grandes metamorfoses sociais, econômicas e políticas; enfim, foi uma atividade de uso do território, tanto no campo quanto na cidade. O fluxograma 3 apresenta, de forma resumida, algumas das tramas urdidas pelo agronegócio no Sudeste Goiano.

Fonte: adaptado de Silva (2010).

Considerações finais

A descrição teórico-metodológica exposta teve como intuito mostrar o caminho metodológico da pesquisa, isto é, os passos percorridos na trajetória da pesquisa e, portanto, o caminho que se trilhou para se chegar aos seus resultados. Realizaram-se muitas leituras e vários trabalhos de campo, sob sol, chuva, poeira, para se fazer observação, registro fotográfico e entrevistas, ora com a companhia de alguém, ora sem. Diversas vezes, agendava-se entrevista, percorriam-se 100-150 km e, quando se chegava, recebia-se a resposta “volta amanhã” ou “vamos marcar outro dia, porque aconteceram imprevistos”. E voltava-se outro dia. Outras vezes, ouvia-se “vamos fazer a entrevista por e-mail, porque estou sem tempo para te receber” ou “posso conceder entrevista, mas tem que ser em trinta minutos”. Marcando, desmarcando, aceitando sugestões/imposições de horários, dias, mês, levantaram-se as informações, os dados da pesquisa. Concomitantemente às leituras, aos trabalhos de campo, aos levantamentos de dados em fontes secundárias, colocaram-se as reflexões no papel, até se chegar ao resultado da pesquisa.

Pelas metodologias adotadas, compreendeu-se que, no Sudeste Goiano, existem diferentes ritmos de modernização nas áreas de chapadas, em função das distintas forças de poder que atuam sobre esses territórios e das forças de resistência, que podem interferir na organização produtiva destes. Além disso, percebeu-se que as tramas socioespaciais e ambientais do agronegócio no Sudeste Goiano não são especificidades locais/regionais, mas alcançam amplitude maior. Por isso, procurou-se compreender suas inter-relações, tendo em vista as mudanças ocorridas no espaço agrário nacional e o modo como o próprio lugar materializa essas mudanças e, ao mesmo tempo, interage com o todo.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. e ROCHA LEÃO, Otávio M. “Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.
- ALMEIDA, Maria Geralda (org.). *Tantos cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural*. Goiânia: Vieira, 2005.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. “Revisão da bibliografia”. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002a, pp. 179-88.
- . “O planejamento de pesquisas qualitativas”. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002b, pp. 147-78.
- ARRUDA, Zuleika A. de. *Onde está o agro deste negócio: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio* (tese). Unicamp, 2007, 253 p.
- BERNARDES, Júlia S. “As estratégias do capital no complexo da soja”. In CASTRO, I. E. de (org.). *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 325-47.

- . “Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica”. *Revista Nera*, Presidente Prudente, jan.-jun. 2007, n. 10, pp. 1-10.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CHAVEIRO, Eguimar. “O cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas”. In ALMEIDA, Maria Geralda et al. (org.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008, pp. 75-97.
- CHELOTTI, Marcelo C. *A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)* (tese). UFU, 2009, 288 p.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisas em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola, v. 16.)
- D’INCAO, Maria Conceição A. “A pesquisa”. *O boia-fria: acumulação e miséria*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- GIL, Antonio C. “Entrevista”. *Métodos e técnicas de entrevista social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, pp. 117-26.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . “Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996, pp. 1-40.
- HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- . *Territórios alternativos*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- . “Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional”. In SPOSITO, Eliseu S. (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: UNESP/GasPERR, 2005.
- . *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HISSA, Carlos Eduardo. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- e OLIVEIRA, Janete R. de. “O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica”. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, jan.-dez. 2004, v. 24, pp. 31-41.
- KAYSER, Bernardo. “O geógrafo e a pesquisa de campo”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.
- JUSTINIANO, Eduardo F. “Registro fotográfico”. In VENTURI, Luis Antônio Bittar (org.). *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005, pp. 187-95.
- MARCOS, Valéria de. “Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MATOS, Patrícia F. de. *As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano* (tese). UFU, 2011, 355 p.
- MENDONÇA, Marcelo R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano* (tese). UNESP, 2004, 448 p.
- MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências*. Tradução de J. M. Marques, M. A. Mendes e M. Carvalho. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Dinalva D. *A agricultura caifcada no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socioambiental* (tese). UFF, 2005, 265 p.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10 ed. São Paulo: Record, 2008.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SILVA, Magda V. *A indústria automobilística em Catalão: da rede do circuito espacial da MMC Automotores do Brasil S.A.* (tese). UFU, 2010, 449 p.
- SUERTEGARAY, Dirce M. “Pesquisa de campo em geografia”. *Geographia*, Rio de Janeiro, jul. 2002, n. 7, pp. 92-9.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2002.
- . “Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo”. *Geografia passo a passo (ensaio crítico dos anos 1990)*. Presidente Prudente: Centelha, 2005, pp. 31-9.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1991.
- TURATO, Egberto R. “Decidindo quais indivíduos estudar”. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 351-68.
- VENTURI, Luiz Antônio B. “O papel da técnica no processo de produção científica”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, jul. 2006, n. 84, pp. 51-69.